
As humanidades digitais e as novas formas de disseminação do conhecimento

Cicero Inacio da Silva¹
Jane de Almeida²
Silvana Seabra Hooper³

Resumo: Grupos educacionais formados por Harvard + MIT + Stanford estão, cada vez mais, tornando o conhecimento massivo e acessível a quem possui um aparelho que se conecte à Internet por meio de plataformas on-line como EdX e Coursera. A princípio, esse modelo de negócio tem sido louvado por inúmeros pensadores ligados ao campo da educação, devido ao discurso relacionado à “democratização” do acesso. Contudo, é interessante observar que o conteúdo gerado nessas classes massivas on-line é também capitalizado pelas corporações que operam esses sistemas de ensino, formando uma espécie de repositório global de ideias na expansão de suas bases de conhecimento digitais. Como efeito imediato, o número de patentes depositadas por essas empresas tem se expandido de maneira exponencial. Ao mesmo tempo, no Brasil, existem iniciativas que buscam, por meio das ferramentas on-line, não imediatamente capitalizar, mas “democratizar” a formação dos professores da rede básica de educação, como é o projeto da Universidade Aberta do Brasil, fomentada com recursos públicos. De que maneira, podemos criar mecanismos que “equilibrem” a balança entre a democratização “que amplia os lucros” e a “que amplia o acesso” ao conhecimento? A hipótese desse artigo é a de que as humanidades digitais sejam um contraponto necessário à invasão da filosofia do Vale do Silício, via grandes universidades americanas, na formação educacional digital.

Palavras-chave: humanidades digitais; conhecimento aberto; acesso aberto; moocs; comunicação digital.

Abstract: Educational groups formed by Harvard + MIT + Stanford are increasingly making massive knowledge accessible to anyone who has a device that connects to the Internet through online platforms such as EdX and Coursera. This business model has been praised by

¹ Professor e coordenador do NTC de Telessaúde na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: ciceroinaciодasilva@gmail.com.

² Professora e coordenadora do Laboratório de Artes Cinemáticas e Visualização do PPG em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Mackenzie. E-mail: janedealmeida@post.harvard.edu.

³ Professora e pesquisadora do Laboratório de Artes Cinemáticas e Visualização do PPG em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Mackenzie e da PUC Minas. E-mail: silhooper@gmail.com.

numerous thinkers linked to the field of education, as there is in the background a speech on the "democratization" of access. However, it is interesting to note that the content generated in these massive online classes is also monetized by corporations that operate these education systems, forming a kind of global repository of ideas and assisting in the expansion of its digital knowledge bases. As immediate effect, the number of patents filed by these companies has expanded exponentially. In Brazil there are initiatives that seek, through online tools, not monetize but "democratize" the formation of teachers for basic education, as is the project of the Open University of Brazil, promoted by public funds. How can we operate mechanisms to create a balance between the democratization "that magnifies profits" and the one "that expands access" to knowledge? The hypothesis of this article is that perhaps the digital humanities are a necessary counterpoint to this invasion of the philosophy of Silicon Valley in digital educational field.

Keywords: digital humanities; open knowledge; open access; moocs; digital communication.

Políticas do digital

O campo das chamadas "humanidades digitais" tem operado na contemporaneidade como uma forma de reposicionamento intelectual, político e ideológico frente à inserção das tecnologias computacionais em muitas esferas da sociedade. No princípio, alguns críticos provenientes do universo das humanidades reagiram à invasão capitalista no mercado universitário não cedendo imediatamente à demanda urgente de se "render" aos aspectos "positivos" da "revolução" digital no ensino nas humanidades. Porém, os setores de humanidades, como departamentos de artes, de estudos culturais, línguas e literatura, são reconhecidamente pouco lucrativos e os departamentos e centros começaram a serem moldadas pela aceitação (ou não) da seguinte prerrogativa: é digital? Se sim, mantem-se o departamento. Se não, que cessem as fontes de fomento e que se encerrem suas atividades (BERRY, 2012).

Desta forma, em um primeiro momento, as Humanidades Digitais foram uma "contra-investida" dos departamentos de inglês em renomadas universidades norte-americanas contra o seu próprio desaparecimento, pois, ao se incorporar o termo "digital" à área, passaram a respirar mais aliviados e seus orçamentos foram mantidos no sistema acadêmico. Porém, mesmo recebendo essa reconfiguração necessária e se transformando em "humanidades digitais", o campo foi considerado como uma resistência ao processo de fácil submissão.

Há ainda a consideração político-institucional que interpreta o surgimento e rápido crescimento desse campo. Como as humanidades poderiam captar recursos extras de capital para manter seus departamentos funcionando e seus pesquisadores tendo condições mínimas de trabalho? Considerando que as agências de fomento e as políticas de estado para promoção da pesquisa privilegiam investigações que tenham relação direta com ganhos de capital e buscam retorno de investimento ou mesmo produção de bens tecnológicos, como fazer para que as áreas das humanidades pudessem obter recursos para a manutenção de suas pesquisas? A absorção do termo digital também fez com que somas significativas de investimentos, antes direcionados só a pesquisas das *hard sciences*, também fluíssem para os pesquisadores das humanidades.

No Brasil, diga-se de passagem, essa estratégia ainda não gerou frutos, pois as agências de fomento federais (CAPES e CNPq) continuam privilegiando as ciências duras. A título de comparação, o CNPq possui uma bolsa de fomento à pesquisa que financia diretamente os pesquisadores, chamada de Produtividade Pesquisa. O número de bolsas destinadas às ciências duras é mais do que o triplo do número das destinadas ao campo das humanas. Diante desse cenário, as humanidades encontram-se novamente diante dos embates historicamente estabelecidos nos campos de força do poder universitário.

A condição da universidade digital

As Humanidades têm, reconhecidamente, estabelecido um longo embate com os sistemas administrativos pela sua manutenção. Em seu, hoje, visionário discurso sobre *L'Université sans condition* (A universidade sem condição (graças às “humanidades”) proferido na Universidade de Stanford, no ano de 1998, Jacques Derrida argumenta que a sobrevivência das humanidades no sistema universitário estava sendo colocada à prova, lembrando seu caráter “primordial” à sobrevivência do próprio conceito de universidade. Para ser uma “universidade”, que se pense como tal, é essencial que ela suporte debates que só são possíveis dentro de seu território, para não usar o termo “muros”. Portanto, a universidade deve ter como premissa “não ter condição”, não ser

condicionada. Não ser cerceada nem pelo capital, nem pela necessidade de fomento, nem pela força de jogos de poderes comerciais. Derrida afirma que:

[...] embora essas discussões possam ser críticas ou desconstrutivas, referindo-se à questão e à história da verdade em sua relação com a questão do homem, do próprio do homem, do direito do homem, do crime contra a humanidade, etc., tudo isso deve em princípio encontrar seu lugar de discussão incondicional e sem pressuposto, seu espaço legítimo de trabalho e reelaboração, na Universidade e, nela, por excelência, nas Humanidades (DERRIDA, 2003, p.15).

A isso Derrida nomeou como “as novas humanidades”. Sem usar o termo digital, no final dos anos 1990, já era possível observar uma lenta e gradativa desmobilização dos campos críticos de pensamento que gravitavam de forma a descosturar os discursos comerciais do conhecimento no interior da universidade. Já na virada do século XX para o XXI, o que se viu foi de fato uma exacerbação do processo de desintegração. Ou melhor, uma investida direta por parte das estruturas de fomento, ou seja, de manutenção da universidade, contrárias ao “livre” pensamento no interior das universidades. O que seria exatamente essa investida contrária às humanidades? Sem fazer muitas digressões, parece óbvio que para determinados setores da sociedade, principalmente os que se sustentam sob práticas conservadoras, não é interessante que se desenvolvam pesquisas com o intuito de se pensar formas de sobrevivência sociais ou econômicas que se desviem das prerrogativas até então vigentes e em ação sob “força de lei”. Nem é interessante que se questione o absurdo de muitas das “leis” que hoje nos fazem obedecer, sendo que muitas delas foram colocadas em vigência exatamente em um momento histórico em que não se era permitido questionar os próprios limites da violência com que normalmente as leis se impõem, quando não são dialogadas com a sociedade.

E é esse espaço de diálogo que é fundamentalmente o “lugar” das humanidades. É nessa esfera de pensamento que se depositam os campos de força que devem pensar e reelaborar as premissas das condições de vida e trabalho, de amor e de ódio, de ideologias e de ações políticas. Seguindo com Derrida:

Eis, portanto, o que poderíamos, valendo-nos dela, chamar a Universidade sem condição: o direito de princípio de dizer tudo, ainda que a título de ficção e de experimentação do saber, e o direito de dizê-lo publicamente, de publicá-lo. Essa referência ao espaço público permanecerá como o elo de filiação das novas Humanidades à era das Luzes. Isso distingue a instituição universitária de outras instituições fundadas no direito ou no dever de dizer tudo. Por exemplo, a confissão religiosa (DERRIDA, 2003, p. 18-19).

Portanto, o espaço destinado à construção crítica e à reflexão é usualmente posto à prova, e isso obviamente não é um fato novo, mas é um fato a ser sempre lembrado e reinstituído no interior das estruturas de poder acadêmico que sustentam a profissão do professor e do pesquisador.

Retomando o argumento sobre a necessidade de sobrevivência às condições impostas pelas grandes corporações que vendem o saber (ou melhor, que, hoje em dia, o patenteiam), pode-se então inferir que as humanidades digitais podem ser consideradas um “simple artefício” que almeja a sobrevivência de um campo de trabalho, de uma profissão (a do professor que ensina) diante da insistência dos mecanismos comerciais de ensino que desejam o seu completo desaparecimento, ou melhor, sua completa desautorização por parte das esferas públicas de poder que não querem se ver pensadas nem criticadas. Por um lado, se essa premissa for considerada válida, pode-se considerar que a “digitalização” das humanidades é uma saída digna. Por outro, o uso da artimanha para se fazer propagar o mesmo processo acrítico de processamento de dados que serão comercializados nos mercados que negociam o saber, coloca em dúvida as estratégias do campo das humanidades. E também reposiciona as questões que orbitam em torno das humanidades digitais. Como já havia apontado Derrida em seu ensaio,

Bem sabemos que uma das mutações que afetam o lugar e a natureza do trabalho universitário hoje é uma certa virtualização deslocalizante do espaço de comunicação, de discussão, de publicação, de arquivamento. Não é a virtualização que é absolutamente nova em sua estrutura. Basta haver um vestígio [trace] para que alguma virtualização esteja em curso [...]. Fazemos todos a experiência que essa nova etapa técnica da virtualização (informatização, digitalização, globalização virtualmente imediata da legibilidade, teletrabalho, etc.) desestabiliza o habitat universitário. Ela perturba a topologia deste, inquietando tudo o que organiza seus lugares, a saber, tanto o território de seus campos e de suas fronteiras disciplinares, quanto seus lugares de discussão, seu campo de

batalha...- e a estrutura comunitária de seu campus. (DERRIDA, 2003, p. 29-30).

Para refletir sobre estes dois lados, será preciso refletir sobre o que se denomina “humanidades digitais” diante do aparato da tecnologia computacional. Ou antes e paralelamente, o que se denomina cultura computacional: *software studies*, *platform studies*, *digital studies*, *new media*, *digital media*, entre outros.

Cada campo de saber, ao seu tempo, ou contra o tempo, foi sendo afetado pela digitalização. Após quinze anos da aceitação irrestrita dos sistemas computacionais conectados às redes avançadas de troca de dados, as estruturas de saber foram sendo lentamente tocadas e desafiadas. Um dos grandes desafios à profissão do professor é a *wikipedia*, por exemplo. Quem diria que uma base de dados escrita comunitariamente tiraria do mercado a poderosa Enciclopédia Britânica, que durou 244 anos?

Será que o mesmo acontecerá conosco, professores e pesquisadores? Talvez o futuro nos reserve um espaço como “redatores” de entradas em enciclopédias on-line e talvez isso seja tudo que nos restará....

A questão então se direciona ao que e de que maneira o professor (e neste questionamento nós nos incluímos como sujeitos que diariamente são questionados pelo fluxo de informações) se pensa diante das estruturas de envio e recepção de informações sem ser levado pura e simplesmente pelas “ferramentas” digitais que estão à disposição nos balcões de negócios das empresas produtoras de softwares, nem pelas corporações destinadas a prover acesso à bases de dados públicas ou privadas, como a caixa de e-mail ou mesmo os sites mantidos por indivíduos ou instituições.

É fácil observar que em várias discussões sobre o campo das “humanidades digitais” é quase nula a presença de termos como “*software*”, “*hardware*”, entre outros. Pode-se pensar que, na tentativa de se esquivar do problema, o campo evita discutir aquilo que é objeto do seu contemporâneo, não só em seu uso particular por dado pesquisador ou professor, mas em sua constituição própria como elemento capaz de instaurar um discurso. Vale aqui lembrar das ideias de Austin sobre os atos da fala performativos. Um ato

performativo é, nas palavras de Austin, capaz de instaurar uma “promessa”, e essa “profissão de fé” que se faz ao se confiar no ato é o que produz uma dada ação (AUSTIN, 1990). Se tomarmos o *software* como a “linguagem” contemporânea, que profissões de fé estão envolvidas ao confiar as “instaurações de mundo” a esses sistemas?

Aqui propõe-se uma digressão para dizer que, se todos os livros de uma biblioteca fossem digitalizados, haveria um potencial aumento no número de leitores, no entanto, se todos os livros tivessem sido adquiridos pelas bases de livros da Apple ou da Amazon, eles não poderiam ser “herdados” por ninguém, já que as políticas de privacidade dessas corporações não permitem que uma conta de um usuário seja “herdada” por seus familiares. Portanto, todos nós que temos livros em nossos *Kindles* ou *Ipads* devemos saber que esses livros não nos pertencem de fato, no que diz respeito ao pertencimento que poderá ser fornecido por meio de herança, principalmente no que diz ao “traço” e rastro a ser deixado no futuro.

Os fins das “humanidades digitais”

Retomando o principal argumento do artigo, será necessário refletir sobre as políticas de acesso, distribuição, legibilidade, campos de saber, esfera pública, entre outros espaços conceituais ligados à disseminação do saber. O espaço das humanidades digitais é hoje configurado em setores e se pensa de forma interdisciplinar, o que é inevitável. Também é preciso lembrar aqui que o próprio termo “digital” vem sendo colocado em questão, principalmente no que se refere à questão da ubiquidade do termo. No artigo *Post-digital publishing*, Florian Cramer (2012, p. 162) argumenta que “em uma era pós-digital, a questão de saber se algo é ou não digital já não é realmente importante - assim como a onipresença da impressão, logo após Gutenberg, tornou obsoleto todos os debates (além dos históricos) sobre a ‘revolução da imprensa’.”⁴ O teórico Lev Manovich, em sua passagem por São Paulo, em 2009, por ocasião do FILE

⁴ In a post-digital age, the question of whether or not something is digital is no longer really important – just as the ubiquity of print, soon after Gutenberg, rendered obsolete all debates (besides historical ones) about the ‘print revolution’” (CRAMER, 2012, p. 162)

(Festival Internacional de Linguagem Eletrônica), fez a seguinte afirmação em entrevista ao jornal Estado de São Paulo: “Para os acadêmicos que ainda usam o termo ‘cibercultura’ para falar da atualidade, eu recomendo que acordem e olhem para o que existe em volta deles”⁵. Partindo do pressuposto de que, então, o “digital” já é praticamente onipresente, retornamos à discussão de como e onde ele ainda de fato não está causando estragos ou, em uma visão mais ao gosto de Bouvard e Pécuchet⁶, em que espaços o digital ainda não chegou a trazer todos os seus benefícios para o pleno desenvolvimento da sociedade.

Os fins do professor

Partindo da observação (que poderá não ser aprovada por todos os leitores) de que um dos locais em que ainda não se vê plenamente a dinâmica da força do digital é a própria Universidade, é notável que a estrutura de seu funcionamento e das escolas no geral permanece praticamente a mesma há 500 anos. Pode ser que o surgimento de tecnologias tenha legitimamente ampliado seu poder de ação e seu poder social.

Com a significativa melhora das conexões de Internet, em quase todos os países em desenvolvimento (do antigo terceiro mundo), principalmente nos últimos 10 anos, com significativas melhoras nos últimos cinco (principalmente no Brasil), tornou-se acessível a visualização de dados em formato de vídeos on-line, além de também ser possível a postagem e publicação de imagens, textos, áudios e animações em serviços on-line. As facilidades dos sistemas e *gadgets* conectados às redes de Internet fizeram com que surgissem também estruturas de disseminação do saber em sistemas on-line. Depois da grande crise dos mercados, ocorrida em 2008, diversas universidades consideradas “de ponta”, na América do Norte, Europa e Ásia, iniciaram um novo modelo de negócio que permite que as classes, ou salas de aula, sejam tornadas públicas aos interessados em cursá-las. E isso, a princípio, sem custo algum. A metodologia de ensino chamada MOOC (*Massive Open Online Courses*) ou Cursos massivos

⁵ Ver Estado de S. Paulo: <http://blogs.estadao.com.br/link/para-lev-manovich-falar-em-cibercultura/>. Acessado: 12/03/2015.

⁶ FLAUBERT, Gustave. Bouvard e Pécuchet. Estação Liberdade: São Paulo, 2007.

abertos e on-line foi fundada e praticamente colocada em prática por meio de uma parceria inédita entre grandes conglomerados de empresas de tecnologia do Vale do Silício (que são os grandes acionistas desses “portais”) e tradicionais empresas-universidades norte-americanas como Harvard, MIT, Stanford, entre outras. O modelo de ensino prevê que um professor possa oferecer um curso e que qualquer pessoa ao redor do globo possa, desde que dotado de um computador, tablet ou celular com conexão à internet, cursar gratuitamente uma aula e, ao final, receber um certificado emitido on-line na própria base de ensino. As aulas são todas gravadas e editadas com sistemas sofisticados que permitem que o aluno as assista várias vezes e que se submeta a avaliações sobre o conteúdo apreendido.

O processo de mecanização do ensino é um fator polêmico no que diz respeito às classes massivas, e o primeiro a ser observado é a ausência de contato (em quase todos os cursos) entre os professores e alunos e entre os próprios alunos. Lembrando também que quem corrige a maior parte dos “exames” on-line não é uma pessoa, mas, sim, uma máquina, que faz um *grading* automatizado em tempo real das respostas do aluno. Além de fazer essa avaliação dos testes de múltipla escolha, o sistema também é capaz de “avaliar” a qualidade de um texto. Em artigo publicado no mês de abril de 2013 para o New York Times⁷, o jornalista John Markoff descreve a polêmica em torno das avaliações automatizadas usadas pelo consórcio EdX, formado por Harvard e MIT, assim como as plataformas Coursera e Udacity. No artigo, o jornalista descreve como empresas de ponta, na área de análise de textos, têm crescido vertiginosamente ao vender sistemas de correção de ensaios on-line. A questão tornou-se tão polêmica que um grupo de acadêmicos iniciou uma petição contrária ao uso de avaliadores automatizados no ensino. Um dos pesquisadores que assinou a lista foi o conhecido linguista e intelectual Noam Chomsky. Portanto, o cenário que se desenha para o ensino universitário não é muito animador, principalmente se contarmos que esses processos estão sendo

⁷ Ver em The New York Times: http://www.nytimes.com/2013/04/05/science/new-test-for-computers-grading-essays-at-college-level.html?pagewanted=all&_r=0. Acessado em 12/03/2015.

mediados via o “digital”. Por outro lado, existem aulas bastante populares em número de alunos que são ministradas via estes sistemas on-line massivos e curiosamente um dos cursos mais acessados em uma plataforma de ensino a distância é uma aula sobre Literatura Grega Clássica, ministrada on-line por Gregory Nagy, professor de Harvard (AULETTA, 2013). Lembrando que a maior parte dos cursos tem temáticas ligadas às *hard sciences*. Ou seja, os administradores esperavam que os cursos mais populares fossem os ligados à computação ou áreas afins, o que acabou não se confirmando.

Ensino digital no Brasil

No Brasil, o ensino mediado por computador já se encontra de certa maneira disseminado. Professores e alunos já estão habituados ao uso de redes sociais e blogs para compartilhamento dos conteúdos lidos ou debatidos em sala de aula. Além disso, já é bastante comum o uso de plataformas de vídeos (mesmo com uma conexão com banda larga restrita a menos de $\frac{1}{3}$ da população) e o uso compartilhado de mecanismos de produção colaborativa de mídias digitais (Google Docs, Youtube, Vimeo etc.). Buscando formar mais professores que atuam no ensino fundamental, o Ministério da Educação brasileiro instaurou, em 2006, a criação de uma Universidade Aberta do Brasil, nos moldes das universidades abertas da Inglaterra, Espanha e Portugal. O foco do sistema UAB, como é conhecido nacionalmente, é a formação em nível de licenciatura, de docentes do ensino fundamental e médio, que ainda não possuem alguma graduação ou que queiram realizar algum aperfeiçoamento em sua área de atuação. O sistema UAB foi criado também com o intuito de interiorizar o ensino superior brasileiro público por meio do uso de plataformas de ensino digitalizadas. O processo de funcionamento é simples: uma cidade requisita à CAPES (órgão de fomento à pesquisa no âmbito do ensino superior, responsável pelas ações da UAB) a abertura de um Polo de ensino da UAB. A cidade oferece usualmente um espaço físico de uma escola, onde são instalados computadores, acesso à Internet e biblioteca física e virtual disponível nas plataformas de ensino. Autorizado o funcionamento do Polo, a cidade tem acesso a uma lista de cursos ofertados à distância pelas Universidades Federais e Estaduais brasileiras que aderiram ao sistema. Os cursos funcionam com uma

estrutura significativa de pessoas, que vão desde tutores presenciais até professores conteudistas, geralmente mestrandos ou doutorandos nas universidades federais ou estaduais. Também existem encontros presenciais que servem para a socialização dos alunos e dos professores. O sistema da Universidade Aberta do Brasil é público e gratuito, sendo que os conteúdos gerados pelas aulas também ficam disponibilizados de forma gratuita aos interessados.

O que hoje existe como modelo de ensino e aprendizagem ainda é bastante precário diante das inúmeras possibilidades de se pensar a universidade, a profissão de professor, o sistema de ensino e as estruturas de poder que se ligam ao campo do conhecimento. Assim como a dinâmica do campo das “humanidades digitais”, trata-se de um momento de escolher os caminhos que decidirão se a universidade é um espaço de crítica, ou como diz Derrida, um espaço no qual pode-se tudo sobre todos, sem censura nem punição, que irá sobreviver e coexistir com as tecnologias, com os sistemas digitais de mediação tecnológica. Os mesmos que cerceiam a divulgação de termos em suas plataformas, censuram a veiculação de palavras em vídeos ao vivo, além de outras formas de controle.

Referências

- AULETTA, Ken. “**Get Rich U**”, New Yorker, 30 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.newyorker.com/magazine/2012/04/30/get-rich-u>>. Acesso em: 09 mar. 2015.
- AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: ARTMED, 1990.
- BERRY, David. M (Org.). **Understanding Digital Humanities**. Londres: Palgrave Macmillan, 2012.
- BURDICK, Anne; DRUCKER, Johanna; LUNENFELD, Peter; PRESNER, Todd; SCHNAPP, Jeffrey. **Digital Humanities**. Cambridge: MIT Press, 2012.
- CRAMER, Florian. **Afterword**, in Ludovico, Alessandro. **Post-Digital Publishing**, Onomatopée 77. Roma: Cabinet Project, 2012.
- GOLD, Matthew K. (Org.) **Debates in the Digital Humanities**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012.
- DERRIDA, Jacques. **O Olho da Universidade**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

-
- _____. **A universidade sem condição**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- FLAUBERT, Gustave. **Bouvard e Pécuchet**. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.
- MILLS, Clare Michael Pidd; WARD, Esther. **Proceedings of the Digital Humanities Congress 2012. Studies in the Digital Humanities**. Sheffield: HRI Online Publications, 2014. Disponível em: <<http://www.hrionline.ac.uk/openbook/book/dhc2012>>. Acesso em 09 mar. 2015.